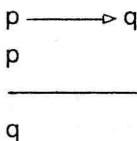


A TEORIA DOS SINAIS NA IDADE MÉDIA*

Mário A. L. GUERREIRO

Dept? de Filosofia da UFRJ

Durante o período helenístico, houve uma acirrada polêmica entre estóicos e epicuristas sobre o *status* ontológico do sinal. Os estóicos entendiam que o sinal funcionava como uma proposição (*lekton*), mas os epicuristas entendiam que se tratava de uma coisa sensível. Mais especificamente, os estóicos sustentavam que o sinal funcionava como uma antecedente capaz de revelar uma conseqüente em uma proposição condicional. Desse modo, dizer que a fumaça é sinal de fogo é se comprometer com a veracidade da condicional: "Se há fumaça, então há fogo". E assim sendo, a proposição simples: "Há fogo" pode ser deduzida da proposição simples: "Há fumaça", mediante *modus ponens*¹:



Os epicuristas, por sua vez, defendiam que o sinal era uma coisa particular, um objeto apreensível pela experiência sensível, não uma entidade inteligível no âmago de uma inferência. Para eles, estaria fundamentalmente em jogo uma série de observações em que uma coisa particular sucedia outra coisa particular. A grande freqüência dessa sucessão permitiria que passássemos de um *post hoc* a um *propter hoc*, ou seja: da sucessão em si a um nexo causal entre a coisa antecedente e a subseqüente, (Post Hoc, Ergo Propter Hoc), de tal modo que a mera observação da fumaça produziria na mente do observador uma representação do fogo. Desse modo dizer que a fumaça é signo do fogo é dizer que a primeira tem a capacidade de evocar ou produzir na mente do observador uma representação de outra coisa que não ela própria.

Contra a concepção estóica, os epicuristas alegavam que o sinal tem de ser o que significa algo que não ele próprio. Proferimentos orais ou inscrições significam proposições e estas, enquanto entidades inteligíveis, são desprovidas da capacidade de significar algo que não elas próprias. Proposições são *significados por algo*, mas não são *significantes de algo*.

(*) Comunicação apresentada no 6º Colóquio de História da Ciência do CLE da UNICAMP, 1990.

Assim sendo, o sinal não pode ser comparável a uma proposição². Alegavam ainda os epicuristas que pessoas iletradas e animais mostravam-se incapazes de raciocinar usando esquemas lógicos como o *modus ponens*, mas, apesar disso, eram capazes de interpretar sinais.

Essa polêmica se prolongou durante os períodos da patrística e da escolástica e podemos dizer que, com algumas variações e acréscimos, percorreu a história da filosofia chegando aos nossos dias. A teoria dos sinais foi desenvolvida ao longo da Idade Média sob forte influência das concepções de St^o Agostinho, que tomou partido do conceito epicurista de sinal e introduziu importantes distinções. Em uma das suas obras, St^o Agostinho define sinal (*signum*) como: "A coisa, que além das espécies que oferece ao conhecimento sensível, faz pensar em outra coisa distinta dela própria"³ e em outra das suas obras, define sinal como: "Algo que é ele mesmo experimentado pelos sentidos e que indica à mente algo além dele próprio"⁴.

Em ambas as definições, o que está em jogo é o conceito epicurista de sinal, juntamente com seus dois pontos fundamentais: (a) o sinal é uma coisa sensível, não uma entidade inteligível como uma proposição e (b) o sinal é sinal de algo distinto dele próprio. A partir daí, St^o Agostinho distingue duas espécies gerais de sinais: (a) *signa naturalia* e (b) *signa data*. Os primeiros são chamados "naturais", porque, de acordo com as palavras do próprio filósofo, "sem nenhuma intenção ou desejo de significar algo, tornam-nos conscientes de algo além deles próprios, assim como a fumaça significa fogo"⁵. Os segundos são dados ou produzidos, porque são sinais intencionalmente engendrados para propósitos comunicativos. Nas palavras do próprio filósofo: "para exteriorizar e transferir para outra mente o que é concebido na mente de quem oferece o sinal"⁶.

Embora St^o Agostinho tenha introduzido essa importante diferença entre os *signa naturalia* e os *signa data* - que permitirá a caracterização do signo lingüístico como algo estipulado e alcançado por um consenso ("non natura, sed placito et consensione significandi")⁷ - não há qualquer indicação de que ele tenha reconhecido a presença da mediação lingüística na interpretação dos *signa naturalia* e o emprego de quaisquer mecanismos inferenciais na apreensão dos mesmos, ou seja: os dois pontos fundamentais sustentados pelos estóicos em dissonância com os defendidos pelos epicuristas.

De modo geral, pode-se dizer que todos os que adotaram concepções de sinal semelhantes às propostas pelos epicuristas e por St^o Agostinho passaram a entender que a teoria dos sinais incluía uma tipologia de sinais e suas relações com a linguagem e a comunicação, porém excluía do seu conjunto teórico uma teoria das inferências. De outro lado, todos os que adotaram concepções de sinal semelhantes às reivindicadas pelos estóicos passaram a entender que a teoria dos sinais constituía um todo orgânico em que uma tipologia de sinais e suas relações com a linguagem e a comunicação desaguavam inevitavelmente em uma teoria das inferências.

Guardadas as devidas proporções, não seria desacertado dizer que a primeira orientação reaparece em nosso tempo com a *Semiologia* de

Ferdinand de Saussure e seus incontáveis caudatários, ao passo que a segunda reaparece em nosso tempo com a *Semiótica* de Charles Sanders Peirce, Charles Morris e seus desdobramentos envolvendo a filosofia da linguagem e a lógica.

Pondo de lado essas orientações históricas de caráter geral, é preciso acrescentar que St^o Agostinho introduziu também uma outra distinção, que desempenhou uma ampla influência ao longo da Idade Média, desde a teoria dos sinais de Anselmo de Canterbury (1033-1109) até a de Guilherme de Ockham (1295-1349) e seus seguidores no século XV - período que demarca as mais importantes contribuições para a teoria dos sinais⁹.

Referimo-nos à distinção agostiniana entre: (a) *linguagem interna* (ou mental) e (b) *linguagem externa* (falada ou escrita). Tudo indica que essa distinção foi derivada de uma passagem de *De Interpretatione*⁹ em que Aristóteles traça uma analogia entre a relação das palavras escritas com as faladas e a relação das faladas com os estados mentais do falante. Dessa analogia, St^o Agostinho extraiu a idéia de que há *palavras mentais* como correlatos mentais de palavras faladas, assim como há palavras faladas enquanto correlatos fonéticos das escritas¹⁰.

O pressuposto é que as chamadas palavras mentais são comuns a todos os homens, independentemente da grande diversidade das suas línguas. Pode-se dizer que tais palavras mentais adquirem identidade e conquistam um *status* ontológico distinto do *status* objetivo sensível dos sinais gráficos (que constituem as palavras escritas) e dos sinais fonéticos (que constituem as palavras faladas) e, ao mesmo tempo, distinto do *status* subjetivo e individual de outras representações mentais. Dito de outro modo: a linguagem mental, juntamente com as palavras mentais que a compõem, não está localizada em um domínio objetivo tampouco em um subjetivo, porém em um domínio *intersubjetivo*.

Assim sendo, se um membro de uma comunidade lingüística particular pretende comunicar a outro membro dessa comunidade algo concebido em sua mente tem de se servir de uma espécie de *signum datum*, ou seja: tem de fazer uso de significantes imotivadamente relacionados com significados, de modo a comunicar pela linguagem externa algo concebido nos estritos limites da interna.

Dito de outro modo: a palavra interna "árvore" é uma noção universal caracterizável por suas notas distintivas compreensíveis por todos os homens, ao passo que as palavras externas "árvore", "arbor", "arbre", "tree", "Baum", etc. são *signa data* dessa mesma palavra interna "árvore". Assim, se identificarmos uma palavra interna com um estado mental do falante, essa mesma palavra não significará esse estado mental, tampouco será evidência desse estado mental: significará exatamente o que a palavra interna ou mental significa, enquanto tradução pública equivalente de um signo privado.

O problema legado pela tradição agostiniana discutido ao longo dos desdobramentos da teoria medieval do signo e suscitando discussões entre os filósofos contemporâneos - pode ser formulado assim: a admissão

dessa correlação entre noções universais comuns a todos os homens e palavras externas comuns apenas a esta ou àquela comunidade lingüística tem o inquietante pressuposto de uma dupla tradutibilidade determinada: a transposição das palavras internas para as externas e a tradução interlingüística de palavras externas de diferentes línguas, sob a suposição de estas palavras corresponderem à mesma noção universal.

Quando, por exemplo, um filósofo contemporâneo como W. V. O. Quine defende seu argumento a favor do caráter indeterminado da tradução inter-lingüística, ele procura mostrar, entre outras coisas, que não dispomos de um critério rigoroso capaz de assegurar a identidade significativa da noção expressa pelas palavras externas "árvore", "arbor", "tree", "Baum", etc. É importante frisar que o que está em questão não é a possibilidade da tradução interlingüística, porém a *determinabilidade* da mesma¹¹.

Pondo de lado o problema da tradução, é preciso acrescentar que a maior parte dos filósofos medievais - que tomaram como ponto de partida a supramencionada distinção agostiniana - concederam maior peso à linguagem falada do que à escrita. Isto se justifica por diferentes razões: a mais simples e talvez a mais evidente de todas é que a linguagem escrita é uma transposição da falada, ao menos no tocante às línguas baseadas no simbolismo fonético, como são todas as das diferentes famílias de línguas ramificadas do grande tronco indo-europeu. Além dessa justificativa de caráter fático, há também uma razão estritamente lógico-conceitual, que preferimos não explicitar neste momento.

Procedendo de acordo com a ênfase concedida à linguagem falada, os filósofos medievais costumavam distinguir as *vozes em articuladas e inarticuladas*. Entre estas últimas, algumas eram consideradas *signa naturalia*: um gemido como signo de dor, um riso como signo de alegria, etc. Todavia, as finalidades lógicas e filosóficas de teoria dos sinais fizeram com que as análises desenvolvidas pelos medievais se concentrassem nas vozes articuladas, colocando para um segundo plano os diversos aspectos afetivos e expressivos da linguagem comum e da expressividade não-verbal de modo geral.

Quanto ao relacionamento entre as vozes articuladas (ou signos lingüísticos), as noções (ou palavras mentais) e as coisas, houve muita discussão ao longo do período escolástico. Apesar da diversidade das posições assumidas, pode-se dizer que giravam em torno de dois esquemas básicos: (a) De acordo com o primeiro, as vozes articuladas só podiam corresponder às coisas pela mediação das palavras mentais. (b) De acordo com o segundo, as vozes articuladas podiam corresponder diretamente às coisas, assim como podiam corresponder diretamente às noções, dependendo do tipo de articulação considerada.

De qualquer modo, havia um consenso quanto à concepção de que a linguagem externa era convencional, mas a interna era uma *linguagem natural*. A palavra mental era também chamada de "intenção", mas somente no sentido escolástico em que "intencionalidade" tem a acepção estrita de

"estado de polarização na direção de algo". Neste sentido é que as palavras mentais eram consideradas termos mentais de primeira ou de *segunda intenção*. Os de primeira intenção eram os empregados para fazer referência à realidade extramental e extralingüística - realidade esta que se deixava conhecer por um *conceito direto*. Os de segunda intenção eram os termos empregados para falar da estruturação cognitiva da realidade conhecida - estruturação esta que se deixava conhecer por um *conceito-reflexo*.

Essa distinção está bastante próxima da que fazemos hoje entre *linguagem e metalinguagem*. E dizemos isto, porque os filósofos escolásticos consideravam que expressões tais como: "correu" "Pedro", "durante duas horas", etc. eram termos de primeira intenção, assim como eram expressões de primeira intenção as sentenças construídas com esses termos (por exemplo: "Pedro correu durante duas horas"). De outro lado, consideravam que vocábulos tais como: "nome", "verbo", "advérbio", "sentença", "proposição" etc. eram termos de segunda intenção, assim como eram expressões de segunda intenção as asserções do tipo: "Essa proposição é verdadeira", "Aquele silogismo é válido", etc.¹²

Tal como Aristóteles, os filósofos escolásticos reconheciam uma diversidade de tipos de sentenças e tal como Aristóteles admitiam que um e somente um dentre esses tipos era capaz de expressar uma proposição: a sentença indicativa ou declarativa (*logos apophantikos*). Quanto à proposição, entendiam que era composta de dois extremos: *sujeito e predicado* e que estes eram ligados por uma *cópula*. Daí as notações simbólicas: *Todo S é P, Algum S é P*, etc. Justamente por constituírem extremos da proposição, as expressões que figuravam como sujeito ou predicado eram denominadas "termos" - termos de sujeito ou termos de predicado.

Além disso, os filósofos escolásticos consideravam que algumas expressões lingüísticas estavam mais propensas a figurar como termos de sujeito (por exemplo: os nomes, e entre os nomes estavam incluídos tanto substantivos como adjetivos), ao passo que outras expressões lingüísticas estavam mais propensas a figurar como termos de predicado (por exemplo: o verbo, juntamente com seus complementos)¹³.

Para nós, não causa a menor estranheza dizer que os termos de predicado costumam cair sob a categoria gramatical dos verbos ou sob a das frases verbais, assim como não causa a menor estranheza dizer que os termos de sujeito costumam cair sob a categoria dos nomes ou a das frases nominais. Causa espécie, no entanto, dizer que os adjetivos estão mais propensos a figurar como termos de sujeito, uma vez que adjetivos expressam qualidades ou propriedades e, por isso mesmo, estão mais propensos a figurar como termos de predicado. Todavia, os medievais tinham em mente os adjetivos nas suas formas substantivadas em proposições tais como: "O vermelho é uma cor excitante" em que "o vermelho" é nome de uma qualidade ou propriedade, pois está nomeando uma cor particular a que se atribui a propriedade (ou qualidade) de ser excitante.

Quanto à análise da proposição em *sujeito + cópula + predicado*, pode-se dizer que tinha ao menos dois pressupostos: (1) Toda

proposição apresenta a forma predicativa ou pode ser parafraseada em uma proposição apresentando essa forma lógica. (2) Em decorrência de (1), a expressão de predicado não inclui a expressão copulativa. Assim sendo, “Pedro é homem” é decomposto em “Pedro” + “é” + “homem”, não em “Pedro” + “é homem”.

Não resta dúvida de que muitas proposições construídas com outros verbos que não o verbo “ser” podem ser parafraseadas para expressões predicativas constituídas com o verbo “ser”. Desse modo, (a) “Pedro corre” pode ser parafraseada para (a’) “Pedro é um indivíduo que corre neste momento” ou para (a’’) “Pedro é um indivíduo que tem o hábito de correr”, dependendo de “corre” estar expressando uma ação que se passa no momento em que se fala ou estar expressando um costume ou um hábito daquele que a pratica. Contudo, em ambas as alternativas, a forma *sujeito + predicado* é substituída pela forma *sujeito + cópula + predicado*.

Um dos motivos que levaram os medievais a optar por esta última forma foi justamente o inquietante problema da temporalidade das expressões predicativas. Como distinguir as formas lógicas de (a) “Pedro corre”, (b) “Pedro correu”, (c) “Pedro correrá”, uma vez que (a), (b) e (c) apresentam todas a mesma forma “*sujeito + predicado*”? E, por outro lado, como interpretar a cópula “é” (“são”)? Como expressão de um momento presente ou como atemporal? A solução encontrada foi considerar a cópula como expressão de atemporalidade e introduzir modalizações temporais na composição das expressões predicativas. Desse modo, temos: (a’) “Pedro é um indivíduo que corre no presente”, (b’) “Pedro é um indivíduo que corre no passado”, (c’) “Pedro é um indivíduo que corre no futuro”¹⁴.

Desse modo, ficavam resguardados tanto o caráter atemporal do ato de predicar como o caráter temporal da expressão predicativa. Na realidade, a forma *S é P* (sujeito + cópula + predicado) passava a ser desdobrada em *sujeito + cópula + predicado* (*núcleo predicativo + modalidade temporal*).

Apesar de partir de um pressuposto questionável: o de que todas as proposições apresentam a forma predicativa ou suas formas lógicas são redutíveis à forma predicativa, a solução encontrada pelos medievais não só é engenhosa como também apresenta méritos relativos. Dizemos isto, porque há outras formas lógicas e estas são irredutíveis à forma predicativa. Por exemplo: a das proposições que expressam relações, não propriedades.

Embora os medievais não tivessem reconhecido a diferença entre os chamados predicados não-relacionais e os relacionais, eles reconheceram as diferenças entre proposições *categóricas* e *hipotéticas* e entre proposições *imediatas* e *mediadas*. As categóricas apresentam, de modo implícito ou explícito, o ato de afirmar. As hipotéticas apresentam, de modo implícito ou explícito, o ato de conjeturar. Quando é o caso dos modos explícitos, tais proposições são antecedidas de frases verbais que funcionam como sinais de afirmação ou de conjetura. Por exemplo: “Afirmo que Pedro corre” e “Suponho que Pedro corre”. No entanto, “Pedro corre” é interpretada

como uma proposição categórica, pois, na ausência de qualquer indicação de que se trata de uma conjectura, a proposição é tomada como categórica.

Uma proposição pode ser também imediata ou mediada. Diz-se que uma proposição é imediata quando é considerada por si só, fora de qualquer esquema inferencial informal ou formal (por exemplo: a proposição categórica "Pedro corre"). Diz-se que uma proposição é mediada quando tomada como premissa e, mediante a intervenção de um termo médio permite a extração de uma conclusão. Assim sendo, as proposições imediatas são tratadas no contexto da teoria das proposições, ao passo que as mediadas são tratadas no contexto da teoria das inferências, de onde se destacam as inferências formais do tipo silogístico¹⁵.

Tal como Aristóteles, os filósofos escolásticos distinguiam os termos em *categoremáticos* e *sincategoremáticos*. Representados na linguagem pelos nomes e pelos verbos (à exceção do verbo "ser" empregado como cópula), os categoremáticos tinham a capacidade de significar por si sós, ao passo que os sincategoremáticos só podiam significar quando acompanhados de termos capazes de significar por si sós. Daí o prefixo "syn" (grego: "juntamente com") acrescentado ao vocábulo "categoremático". Desse modo, "cavalo" é considerado um termo categoremático, pois, do mesmo modo que "cheval", "horse" ou "Pferd", etc. é um *signum datum* da palavra mental "cavalo".

É oportuno acrescentar que nomes e verbos só adquirem significado preciso no contexto de frases ou sentenças, mas o que está em jogo não é o grau de precisão ou de vaguidade de um termo, porém a possibilidade de este termo transmitir uma noção quando considerado por si só. Neste sentido, "cavalo" satisfaz essa condição, porquanto transmite uma noção distinta de "cão" ou "homem". Por outro lado, termos tais como "o", "todos", "algum" (enquanto quantificadores da linguagem natural) e termos tais como "e", "ou", "se...então" (enquanto conectivos da linguagem natural) nada significam por si sós. Passam a significar, no entanto, quando articulados com termos categoremáticos.

Desse modo, a frase nominal "algum cavalo" indica que está em jogo a noção de um indivíduo indeterminado, ao passo que a frase nominal "este cavalo" indica que está em jogo a noção de um indivíduo determinado, e a frase nominal "Todo cavalo" indica que está em jogo a noção de uma espécie ou de um determinado conjunto de indivíduos. Os quantificadores naturais por si sós nada significam; mas, em um contexto frasal, exercem funções quantificacionais capazes de introduzir maior precisão à noção considerada, que, por si só, é vaga no tocante à determinação de indivíduo determinado ou indeterminado, indivíduo ou espécie. Daí as diferenças entre "cavalo", "algum cavalo", "Todo cavalo".

Tanto os termos predicáveis como os sujeitáveis (i. é. propensos a figurar como sujeitos ou predicados em proposições) tem de ser termos categoremáticos. Considerando a possibilidade de sujeitos e predicados compostos, diremos que estes *podem apresentar* na sua composição termos sincategoremáticos (como é o caso do sujeitável "Todo cavalo"), mas *têm de*

apresentar ao menos um termo categoremático (como é o caso do predicável “corre velozmente”). Desse modo, na proposição: “Todo cavalo corre velozmente”, o nome e o verbo têm a propriedade de significar, independentemente do quantificador natural e do advérbio de modo.

Além da significação, os escolásticos falavam também em *con-significação*. A consignificação é uma espécie de significado secundário de um termo categoremático ou um significado gerado pelo acréscimo de um sincategoremático. Por exemplo: os verbos significam primariamente ações e secundariamente o tempo em que estas se passam. Na frase verbal “correu velozmente”, diz-se que “correu” significa a ação de correr e consignifica o tempo passado em que essa ação ocorreu, ao passo que “velozmente” consignifica a maneira como essa ação ocorreu. E é justamente por isso que uma proposição tal como:

(a) “Pedro correu velozmente”

pode ser analisada como:

(a’) “Pedro é um indivíduo que exerce a ação de correr em um tempo passado e de maneira veloz”.

Nesta transcrição não está somente em jogo uma atualização da possibilidade de transcrever qualquer sentença da forma S/P para a forma S é P, mas também um recurso parafrástico que põe em destaque os termos categoremáticos (no caso: “Pedro” e “correr”) como núcleo do conteúdo significativo de uma proposição e põe em destaque o tempo verbal e o advérbio como modalidades gramaticais (“em um tempo passado”/“de modo veloz”).

Os escolásticos costumavam dizer que os termos categoremáticos são a “matéria” e que os sincategoremáticos são a “forma” de uma proposição. E, por extensão, considerando que um argumento é composto de proposições, os termos do primeiro tipo são a “matéria” e os do segundo, a “forma” do argumento. Colocamos ambas as qualificações entre aspas, pois não devem ser tomadas no sentido estrito em que *matéria* e *forma* são ingredientes básicos do composto aristotélico, que é a *proton ousia* (substância primeira). Enquanto entidade não-física, uma proposição não pode ter matéria e forma tal qual uma coisa as tem.

Na realidade, essa distinção: “matéria da proposição”/“forma da proposição” é semelhante a que hoje fazemos entre a forma sintática e o conteúdo semântico de uma proposição (ou de um argumento), que, por sua vez, enseja um tratamento formal ou substantivo (material) de uma proposição (ou de um argumento). Dizemos isto, porque os medievais - baseados nessa distinção entre forma e matéria - chegaram à idéia de que é possível detectar esquemas inferenciais válidos (formalmente consistentes) dependendo da forma imposta a um argumento pelos termos sincategoremáticos. Consideremos o seguinte argumento:

(a)

Os homens são mortais,
Os gregos são homens,
Logo: os gregos são mortais.

De acordo com a terminologia medieval, o argumento (a) é considerado: (1) *formalmente verdadeiro* e (2) *materialmente verdadeiro*. Antes de quaisquer justificativas atinentes às considerações (1) e (2), consideremos o argumento:

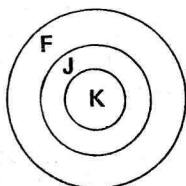
(b)

Os homens são vegetais,
Os gregos são homens,
Logo: Os gregos são vegetais.

De acordo com a mesma terminologia, o argumento (b) é considerado: (1) *formalmente verdadeiro* e (2) *materialmente falso*. Comparando, agora (a) e (b), podemos notar que a única diferença entre ambos é que o termo categoremático "mortal" foi substituído pelo categoremático "vegetal", sem qualquer alteração concernente à forma do argumento, pois a estrutura sintática de (a) e (b), construída pelos mesmos termos sincategoremáticos, é a mesma. Podemos pô-la em destaque do seguinte modo:

Os J são F,
Os K são J,
Logo: Os K são F.

Podemos agora explicitar o esquema inferencial em jogo. (Supondo que o verbo "ser" seja interpretado como a relação "contido em"; supondo que "J", "K" e "F" sejam nomes de conjuntos). Se J está contido em F e se K está contido em J, então K está contido em F. E isto pode ser ilustrado assim:



Há outras maneiras de se interpretar o caráter lógico da inferência em questão. Não estamos propondo que essa seja a mais adequada: servimo-nos da mesma por ser talvez a mais didática. Quanto à distinção entre categoremáticos e sincategoremáticos, hoje sabemos que é problemática, assim como é problemática a idéia de que basta pôr em destaque a estrutura composta de termos categoremáticos, para que se tenha acesso a todo e qualquer esquema inferencial válido¹⁶. Não obstante, os medievais estavam no caminho certo ao considerar que os sincategoremáticos são os principais responsáveis pela estruturação da forma lógica das proposições e dos argumentos.

Há diferentes tipos de termos categoremáticos e sincategoremáticos. Termos categoremáticos por excelência são o nome e o verbo, ao passo que os principais sincategoremáticos são os quantificadores e os conectivos. É importante ressaltar, como de fato sublinham os filósofos escolásticos, que os termos sincategoremáticos não são sujeitáveis, nem predicáveis (um conectivo não pode exercer as funções de sujeito ou de predicado, e um

quantificador só exerce a função de sujeito em um sujeito composto em que quantifica sobre um categoremático). Assim, levando em consideração a sujeitabilidade e a predicabilidade, os medievais consideravam que somente os categoremáticos eram "termos" *stricto sensu*. Por outro lado, os sincategoremáticos, enquanto quantificadores ou conectivos, estão incluídos na classe dessas entidades que hoje chamamos de "constantes lógicas", como ressalta oportunamente I. M. Bochenski¹⁷.

Entendendo que os sincategoremáticos desempenham um papel fundamental nas inferências formais (que os medievais chamavam de "conseqüências formais" contrapostamente às "conseqüências materiais"), os filósofos escolásticos escreveram muitos tratados sobre os sincategoremáticos, entre os quais se destaca o intitulado: *Synkategoremata*¹⁸ de Nicolau de Paris (por volta da metade do século XIII).

Quanto aos categoremáticos - entendidos como termos no sentido estrito - podem ser tomados de duas maneiras: (a) como sinais portadores de significação, independentemente de contextos frasais ou sentençais e (b) como sinais capazes de exercer as funções de sujeito ou de predicado, quando articulados em uma proposição. Os medievais chamavam a propriedade (a) de significatio (significação) e a propriedade (b) de suppositio (suposição). Desse modo, pode-se dizer que a matéria de uma proposição está para a significatio, assim como sua forma está para a suppositio. E considerando que a lógica se interessa pela consequentia formalis (conseqüência formal), não pela consequentia materialis (conseqüência material), pode-se dizer que a lógica se concentra sobre a suposição fazendo abstração da significação. É por meio da suposição que se torna possível determinar a quantificação e regulamentar o funcionamento dos termos de sujeito e de predicado¹⁹.

Podemos dizer agora que, ao se concentrarem sobre a suposição, fazendo abstração da significação, os filósofos escolásticos estavam cruzando a fronteira que separa a *teoria dos sinais* da *teoria das proposições*, que pode ser considerada uma mediação entre a *teoria dos sinais* e a *teoria das inferências*. Isto significa dizer que o espírito da semiótica escolástica está mais próximo da concepção estóica (retomada contemporaneamente por C. S. Peirce) do que da concepção epicurista introduzida na patrística por St^o Agostinho (e retomada contemporaneamente por F. de Saussure).

Todavia, isto não significa dizer que a semiótica escolástica tenha retomado a definição estóica de sinal como uma antecedente capaz de revelar uma conseqüente em uma proposição condicional. Apesar das diferentes definições escolásticas de sinal, pode-se dizer que estas giram em torno da definição patrística de sinal: a de St^o Agostinho, juntamente com seus dois traços definitórios básicos: (1) uma entidade sensível, não uma proposição. (2) indicativo de algo que não ele próprio.

Como vimos, uma proposição é uma entidade composta de termos. Só são termos *stricto sensu* os termos categoremáticos, que podem exercer as funções de sujeito ou de predicado. Os termos categoremáticos

são *sinais* portadores de significação própria e independente de contextos frasais ou sentenciais e são sinais como sujeitáveis e predicáveis. Por outro lado, mantem-se a concepção agostiniana de que os signos lingüísticos são *signa data* de sinais privados (termos mentais componentes da linguagem interna). St^o Anselmo de Canterbury, em sua obra *De Grammatico*²⁰ retoma a distinção agostiniana concernente às duas linguagens e essa distinção continuará sendo sustentada por Guilherme de Ockham no século XIV, apesar de Ockham redefinir a definição agostiniana de sinal, conferindo a esta uma amplitude maior²¹.

Ao que tudo indica, os medievais não tiveram um acesso direto à semiótica dos estóicos cujos fragmentos foram resgatados por Sexto Empírico (o grande filósofo cético do Século II cuja obra é a melhor fonte de informação sobre o estoicismo). Contudo, apesar dos medievais não terem se beneficiado de um acesso direto às passagens recolhidas por Sexto Empírico, tiveram um acesso à teoria dos sinais dos estóicos por meio de Boécio.

Tanto os estóicos como o próprio Boécio tinham grande admiração pelo silogismo hipotético, que parece ter desencadeado a teoria da consequência ou inferência formal (*consequentia formalis*). No entanto, I. M. Bochenski²² e Ph. Boehner²³ - dois renomados especialistas em história da lógica - asseguram que a referida teoria foi uma contribuição original dos escolásticos, que a elaboraram basicamente a partir de informações colhidas em *Da Interpretação* e nos *Tópicos*, juntamente com pequenas influências da teoria das inferências dos estóicos via Boécio.

Quanto à divisão da Teoria dos Sinais, sabemos que, para a tradição instaurada por Peirce e Morris²⁴, a *sintaxe* se interessa pelas relações internas que os sinais mantem entre si, a *semântica* se interessa pelas relações que os sinais mantem com a realidade extralingüística, ao passo que a *pragmática* se interessa pelas relações entre os sinais e seus usuários. Se tomamos essa divisão como modelo, podemos dizer que os medievais se concentraram nos domínios da sintaxe e da semântica e concederam pouca atenção à pragmática.

Contudo, é preciso acrescentar que o desenvolvimento profícuo da pragmática só teve lugar a partir da teoria dos atos de fala de Austin aos finais da década de cinquenta. De modo geral, todas as teorias de sinais antecedentes à teoria dos atos de fala se concentram nos domínios sintático e semântico²⁵. Além disso, não há, entre os medievais, um contorno bem definido desses dois domínios, que, freqüentemente, se sobrepõem ou se entrecruzam.

A teoria da *Grammatica Speculativa* (Gramática Filosófica) se interessou pelos chamados *modi significandi* (modos de significação). Cada modo de significação é uma categoria sintática ou gramatical, juntamente com suas propriedades. Para a escola dos modistas (*modistae*), há uma hierarquia de modi significandi entrelaçando a linguagem com a realidade extralingüística. Do *modus essendi* (modo de ser) de uma coisa, podemos chegar ao seu *modus intelligendi* (modo de ser entendida), que faz uma

mediação no sentido do seu *modus significandi* (modo de ser significada). Este é o modo como a coisa é expressa, que consiste no sinal que a representa e só representa à medida que pertence a uma categoria gramatical²⁶.

NOTAS

- (1) M. A. L. Guerreiro, "A crítica de Sexto Empírico à semiótica dos estóicos", inédito.
- (2) D. S. Clarke Jr., *Principles of Semiotics*, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1987, pp. 14-15.
- (3) St^o Agostinho, *De Dialecta*, V, 9-10 (trad. B. D. Jackson), Reidel, Dordrecht, 1975.
- (4) idem *De Doctrina Christiana*, II, 2, 12-15. (trad. B. D. Jackson), Reidel, Dordrecht, 1978.
- (5) ibidem II, 2, 12-15.
- (6) idem *De Dialecta*, II, 3, 1-6.
- (7) ibidem II, 3, 24-27.
- (8) M. Beuchot, *La Filosofía del Lenguaje en La Edad Media*, Unam, México, 1981, pp. 11-35.
- (9) Aristóteles, *De Interpretatione*, 16^a, 1-7. (trad. D. Ross), Oxford University Press, 1954.
- (10) D. S. Clarke Jr., op. cit., pp. 20.
- (11) W. V. O. Quine, *Word and Object*, M. I. T. Press, 1960, pp. 72-9.
- (12) M. Beuchot, op. cit., pp. 15-16.
- (13) M. Beuchot, op. cit., p. 16.
- (14) T. M. Simpson, *Linguagem, Realidade e Significado*, (trad. P. Alcoforado), Francisco Alves, Rio, 1976, pp. 31-32.
- (15) M. Beuchot, op. cit., p. 16-17.
- (16) J. Cabrera, *A Lógica Condensada. Uma Abordagem Extemporânea de Filosofia da Lógica*, HOCITEC-EDUSP, São Paulo, 1987, pp. 37-50.
- (17) I. M. Bochensky, "On Syntactical Categories", em *The New Scholasticism*, n^o 26, 1949, p. 266.
- (18) Nicolau de Paris, *Synkategoremata* (trechos selecionados) em *The Cambridge Translations of Medieval Philosophical Texts. Volume I. Logic and the Philosophy of Language* (editores: N. Kretzman e E. Stump), Cambridge University Press, 1988, pp. 175-215.
- (19) E. A. Moody, *Truth and consequence in medieval logic*, North Holland, Amsterdam, 1953, p. 17.
- (20) D. P. Henry, *The Logic of Saint Anselm*, Clarendon Press, Oxford, 1967.
- (21) M. Beuchot, op. cit., p. 141.
- (22) I. M. Bochenski, *Formale Logik*, Karl Alber, Friburgo/Munique, 1956, pp. 201-2.
- (23) Ph. Boehner, *Medieval Logic*, Manchester University Press, 1952.
- (24) Ch. Morris, *Foundations of the theory of signs* em *international encyclopedia of unified science*, vol. 1, n^o 2, University of Chicago Press, 1938.
- (25) J. I. Austin, How to do things with words. The William James lectures delivered at Harvard University in 1955, Oxford University Press, 1962.
- (26) M. Beuchot, op. cit. p. 18.